DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 8265/2019

PROCESSO TC/MS	: TC/24432/2017
PROTOCOLO	: 1868826
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL – AGEPREV
RESPONSÁVEL	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
CARGO DO RESPONSÁVEL	: DIRETOR PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONCESSÃO – REFORMA
BENEFICIÁRIO	: SEBASTIÃO FERREIRA SIMÕES
RELATOR	: CONS. MARCIO MONTEIRO

ATO DE PESSOAL – CONCESSÃO DE REFORMA "*EX OFFICIO*" – CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGIMENTAIS E LEGAIS – PROVENTOS INTEGRAIS - TEMPESTIVIDADE – REGISTRO.

Trata-se o presente processo da concessão de REFORMA "*EX OFFICIO*", por incapacidade definitiva do servidor **Sr. Sebastião Ferreira Simões**, ocupante do cargo de 1º Sargento da PM, lotado na Policia Militar de Mato Grosso do Sul – PMMS.

Noto que o prazo estabelecido na Resolução Normativa TC/MS n.º 54/2016, foi devidamente cumprido pelo Responsável, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	DATA
Publicação	05/10/2017
Prazo de Entrega	20/11/2017
Remessa	31/10/2017

O direito que ampara a Reforma está previsto no art. 94 e art. 95, II, 97, IV, art. 100, II, todos da Lei Complementar nº. 53 de 30.08.1990 com redação dada pela Lei Complementar n. 127, de 15.05.2008, a qual foi concedida através do Decreto "P" nº 4.852/2017, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.508 de 05 de outubro de 2017, peça nº 11.

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária, por meio da sua Análise ANA – DFAPGP – 2921/2019, peça nº 13, e o ilustre representante Ministerial, por meio do seu Parecer PAR-4ª PRC 11447/2019, peça n.º 14, se manifestaram opinando pelo **REGISTRO** da presente Reforma.

É o Relatório.

Observo com o exame dos autos que a presente Concessão para a REFORMA "*EX OFFICIO*", ocorreu por incapacidade definitiva do servidor **Sr. Sebastião Ferreira Simões**, e encontra-se formalizada em conformidade com os ditames legais, uma vez que foram apresentados os documentos pertinentes.

Diante do que se apresentou, acolho o posicionamento da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas e **DECIDO:**

1- P

elo **Registro** da concessão para a REFORMA "*EX OFFICIO*" por incapacidade definitiva do servidor **Sr. Sebastião Ferreira Simões**, ocupante do cargo de 1º Sargento PM, lotado na Policia Militar de Mato Grosso do Sul – PM/MS, o que faço com base no artigo 34, inciso II da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 10, inciso I - do Regimento Interno desta Corte de Contas;

2- Pela comunicação do resultado desta Decisão aos responsáveis, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012;

É a DECISÃO.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 24 de junho de 2019.

Cons. MARCIO MONTEIRO
Relator

Ass